



CARTA AOS(ÀS) DEPUTADOS(AS) ESTADUAIS DO PARANÁ

A APP – Sindicato dos(as) Trabalhadores(as) em Educação Pública do Paraná, através do Departamento Estadual de PSS – Professores(as) e Funcionários(as) – vem, pela presente, reiterar a defesa dos(as) trabalhadores(as) contratados(as) pelo Processo Seletivo Simplificado (PSS).

Destacamos que ao longo dos últimos anos, os(as) trabalhadores(as) da educação que são contratados(as) pelo PSS, sofrem com os inúmeros ataques aos seus direitos, que se intensificaram com a atual gestão da Secretaria Estadual da Educação (Seed). O secretário da educação, Renato Feder, anunciou publicamente em audiências com as chefias de Núcleos Regionais de Educação (NRE), bem como em eventos privados, que o ingresso dos(as) professores(as) contratados(as) pelo PSS, no ano letivo de 2020, se dará pela realização de prova escrita, prova de títulos e prova prática. A atual forma de seleção contempla uma única etapa que reúne prova de títulos e o tempo de serviço.

Somos totalmente contrários(as) e viemos denunciando esta nova forma pretendida desde que soubemos da intenção do secretário. Serão muitos os transtornos de ordem prática, econômica, jurídica e operacional que a mudança no processo de seleção, nos moldes que está sendo proposto pelo atual secretário, gerará. A previsão é envolver mais de 100 mil profissionais que farão as provas escritas e as práticas, podendo se inscrever em mais de uma disciplina, o que potencializará os transtornos e que resultará em contratos, que sabemos, precários e que poderão ser rescindidos a qualquer tempo. Pelo que sabemos até o momento, de simplificado o processo não terá nada!

Historicamente nossa defesa sempre foi pelo concurso público, que é o mecanismo mais adequado para combater a precariedade dos atuais contratos. De nada adianta o governo do Estado, bem como o secretário da educação, buscar resultados de aprendizagem dos(as) estudantes sem que ofereçam segurança para o processo de ensino que é feito pelos(as) professores(as) e funcionários(as) nas escolas públicas. O concurso público e a carreira é que garantirão um processo de formação continuada e a qualidade almejada por toda a sociedade.

No entanto, a ausência de uma política sistemática de concursos fez com que o Estado contasse com o trabalho de mais 30 mil contratados(as) pelo PSS. Nessa situação, e diante do proposto pela Seed, nossa defesa é para manutenção da atual forma de contratação, já consolidada entre todos(as) e que não demanda recursos extremos, além de reconhecer a profissionalização de quem há anos está na rede e permitir o acesso dos(as) mais jovens através da titulação, bem como, é de simples operacionalização para os NREs que já se habituaram com esta forma de seleção. Não obstante, a atual forma permite a contratação a qualquer tempo: na falta de profissionais de determinadas áreas novos editais podem ser abertos, como ocorre todo meio de ano letivo.

Desta forma, reivindicamos seu posicionamento favorável à causa dos(as) trabalhadores(as) contratados(as) PSS, reafirmando a **urgência da realização de concurso público e a manutenção da contratação dos(as) profissionais conforme vigência atual**, através de prova de títulos e tempo de serviço.

Atenciosamente,

Direção Estadual da APP-Sindicato
Departamento Estadual de PSS
Coletivos Regionais de PSS.



appsindicato.org.br



APP-Sindicato



@appsindicato



@appsindicato



appsindicato